

ISSN 1808-3161

20

Revista do Ministério Público de Alagoas

Janeiro / junho 2008

20

Revista do Ministério Público de Alagoas

Coleção

Direitos & Deveres

Revista do Ministério Público de Alagoas

CONSELHO EDITORIAL

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

Promotor de Justiça / Diretor-Geral da ESMP/AL

STELA VALÉRIA DE FARIAS CAVALCANTI

Promotora de Justiça / Diretora Executiva da ESMP/AL

VICENTE PORCIÚNCULA

Promotor de Justiça / Diretor de Planejamento da ESMP/AL

GEORGE SARMENTO LINS JÚNIOR

Promotor de Justiça

KARLA PADILHA REBELO MARQUES

Promotora de Justiça

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA

Procurador-Geral de Justiça

Dilmar Lopes Camerino

Procurador-Geral de Justiça Substituto

Lean Antônio Ferreira de Araújo

Corregedor-Geral do Ministério Público

Ubirajara Ramos dos Santos

Diretor do 1º Centro de Apoio Operacional

Geraldo Magela Barbosa Pirauá

Diretor do 2º Centro de Apoio Operacional

Capa: João Luiz Maia

Fotos: Siloé Amorim

Projeto Editorial: Antonio Carlos Marques da Silva

Catalogado na fonte – Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central – Divisão de Tratamento Técnico

Revista do Ministério Público/Alagoas/ Ministério Público de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Centro de Ciências Jurídicas - CJUR.- N. (JAN./JUN. 2008) -.-
Maceió : MPEAL : UFAL/CJUR
1999-
n.

Semestral

1. Direito - Periódico. 2. Legislação - Periódico

ISSN 1808-3161

CDU: 34(051)

Colégio de Procuradores de Justiça

Coaracy José Oliveira da Fonseca
Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto
Fábio Rocha Cabral de Vasconcellos
Eduardo Barros Malheiros
Luciano Chagas da Silva
Luiz Barbosa Carnaúba
Carlos Alberto Torres
Francisco José Sarmento de Azevedo
Geraldo Magela Barbosa Pirauá
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Walber José Valente de Lima
Lean Antônio Ferreira de Araújo
Antíógenes Marques de Lira
Arnoldo Petrúcio Chagas
Dilmar Lopes Camerino
Dennis Lima Calheiros
Vicente Felix Correia
Artran de Pereira Monte

Sumário

Apresentação	9
PARTE I Doutrina	11
A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FACE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
Amanda Aleixo de Assis	13
ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA DELAÇÃO PREMIADA NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO	
Daniela Monteiro Nobre; Kelly Macário Santos	39
DEMOCRACIA DELIBERATIVA E AUTONOMIA MUNICIPAL	
Daniella Maria dos Santos Dias	49
CRIME ORGANIZADO: FORMAS DE COMBATE NO ESTADO DE ALAGOAS	
Danielle de Paula Correia	73
A ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA NO ÂMBITO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: A PROPOSTA DE ROBERT ALEXY	
Danielle Sales Echaiz Espinoza	113
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS AGENTES POLÍTICOS	
Débora Letícia Faustino	137
O MINISTÉRIO PÚBLICO E AS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS	
Ivan Luiz da Silva	181
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA DAS FACETAS DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	
Karina Barbosa Franco	189
O MINISTÉRIO PÚBLICO E O DIREITO PENAL	
Magno Alexandre F. Moura	205
O FIA E AS "SO(M)BRAS" DO ORÇAMENTO PÚBLICO	
Márcio Soares Berclaz &	
Millen Castro Medeiros de Moura	225
TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA	
Marcus Aurélio Mousinho	245
UMA ANÁLISE DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SOB SEUS ASPECTOS FORMAL E SOCIOLÓGICO	
Maria Helena Cavalcante Fernandes	253

O ESTABELECIMENTO DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO
 INTEGRAL EM CONTRAPOSIÇÃO À VIOLAÇÃO DE DIREITOS
 DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A PROBLEMÁTICA DO
 ABUSO SEXUAL NA CIDADE DE MACEIÓ

Nathália Januzi de Almeida Rocha 267

NÍVEIS DE CERTEZA, EFETIVIDADE E CONCRETIZAÇÃO JUDICIAL

Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar 303

PARTE II PRÁTICA FORENSE 327

AÇÃO CIVIL DE RESPONSABILIDADE POR ATOS DE
 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, COM PEDIDO DE LIMINAR 329

**Maria Aparecida de Gouveia Carnaúba; Karla Padilha
 Rebelo Marques; Marluce Falcão de Oliveira e Givaldo de
 Barros Lessa**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 359

**Coaracy José Oliveira da Fonseca; Givaldo de Barros Lessa;
 Marluce Falcão de Oliveira; Karla Padilha Rebelo Marques;
 José Ricardo Custódio de Melo Júnior**

RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL 374

Carlos Tadeu Vilanova Barros

RECOMENDAÇÃO/ORIENTAÇÃO Nº. 001/2008 – PGJ/AL 379

Coaracy José Oliveira da Fonseca

DENÚNCIA - HOMICÍDIO CULPOSO QUALIFICADO 385

**Mirya Tavares Pinto Cardoso Ferro; Karla Padilha Rebelo
 Marques; Givaldo de Barros Lessa; Marluce Falcão de
 Oliveira**

RECOMENDAÇÃO – DIREITO À SAÚDE 401

Stela Valéria S. de F. Cavalcanti

APRESENTAÇÃO

A Escola Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, com a publicação desta edição da Revista, a de número vinte, encerra seu primeiro ciclo, considerando ser este seu primeiro ano de existência, em substituição ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento Funcional – Cefaf.

Cuida-se de uma edição especial, por vários motivos. Primeiramente porque já é uma grande vitória atingir a edição de número vinte, o que significam dez anos não interrompidos, com periodicidade semestral. Afora isso, esta edição vem a público no ano em que a Constituição Cidadã completa vinte anos de vigência e a Declaração Universal dos Direitos Humanos alcança sessenta anos de sua publicação.

Por ser tão especial, decidimos oferecer, juntamente com esta edição, um *cd-rom* contendo todos os artigos e peças processuais já publicados na Revista do Ministério Público de Alagoas. A idéia de entregar esse brinde tem por finalidade, a um só tempo, fixar um marco comemorativo e fornecer, a todos os usuários do nosso periódico, mais um valioso instrumento de consulta.

Nesta edição, mais do que oportunamente, trazemos artigos relacionados à atuação do Ministério Público na área

criminal e no combate à improbidade administrativa, além de outros importantes estudos acerca de temas não menos atuais e relevantes, como crime organizado, violência doméstica, delação premiada, análise da pena privativa de liberdade, Doutrina da Proteção Integral, orçamento público etc.

Seguindo nossa tradição, apresentamos também importantes exemplos de peças práticas, extraídas do trabalho de colegas que, gentilmente, dispuseram-se a compartilhar com a comunidade jurídica os frutos de suas reflexões. Nesta ocasião, poderão ser encontrados trabalhos que versam sobre as mais diversas formas de defesa da sociedade.

Por tudo isso, é com grande satisfação que apresentamos esta edição especial e comemorativa da Revista do Ministério Público de Alagoas. Aproveitamos a ocasião para agradecer a toda equipe da Procuradoria Geral de Justiça, em especial aos integrantes da nossa Escola Superior, pela dedicação na organização e publicação deste periódico, que já se firmou como importante veículo de divulgação de idéias jurídicas de colaboradores e integrantes da nossa Instituição.

Maceió, dezembro de 2008.

COARACY JOSÉ OLIVEIRA DA FONSECA
Procurador-Geral de Justiça